

2011



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA**

## **Seleção de Estágio Curso de Direito**

**Prova Objetiva**

**LEIA COM ATENÇÃO:**

- ✓ A duração das provas objetiva e subjetiva será de 5 (cinco) horas;
- ✓ Cada questão vale 0,20 (vinte centésimos) de ponto;
- ✓ O Cartão de Respostas é único, não podendo ser substituído;
- ✓ Para cada enunciado deverá ser marcada apenas uma das alternativas disponíveis (V ou F);
- ✓ Não será permitida ao candidato qualquer espécie de consulta à legislação, livros, ou qualquer texto impresso ou manuscrito, nem a utilização de aparelhos celulares, agendas eletrônicas ou qualquer dispositivo eletrônico de comunicação de dados, som ou sinais eletromagnéticos;
- ✓ Não serão admitidas no cartão de resposta da prova objetiva qualquer rasura, aplicação de corretivo ortográfico ou utilização de borracha ou similar;
- ✓ Deverão ser devolvidos ao fiscal de sala o cartão de resposta e os cadernos de questões das provas objetiva e subjetiva;
- ✓ O candidato deverá, ainda, atender às demais condições dispostas no Edital de Seleção.



## SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2011

---

**CANDIDATO:**

**N. DE INSCRIÇÃO:**

Julgue as assertivas a seguir e assinale VERDADEIRO ou FALSO.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1) A CF/88, em seu artigo 4.º, apresenta os princípios que deverão reger o Brasil em suas relações internacionais. Com relação a eles, é correto afirmar que nada é dito sobre repúdio ao terrorismo, mas que este se trata de ato incompatível com o conjunto de princípios e regras constantes do nosso texto constitucional.

Verdadeiro                       Falso

2) Com relação aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar-se que todos eles são expressos, no texto constitucional, através de princípios.

Verdadeiro                       Falso

3) Com relação às liberdades públicas, é correto afirmar que elas estão previstas em normas cuja gênese decorreu da necessidade de se proteger o cidadão contra as ações do próprio Estado.

Verdadeiro                       Falso

4) no direito brasileiro, não há lugar para a chamada eficácia/aplicação horizontal dos direitos fundamentais.

Verdadeiro                       Falso

5) a liberdade de religião, segundo a CF/88, é ampla, a ponto de qualquer cidadão poder livremente criticar a religião alheia.

Verdadeiro                       Falso

6) demandas fundadas em tratados internacionais são de competência da Justiça Federal.

Verdadeiro                       Falso

7) o Poder Judiciário deve auxiliar o Poder Executivo na condução de suas políticas públicas.

Verdadeiro                       Falso

8) o Poder Judiciário não é composto apenas por magistrados.

Verdadeiro                       Falso



## SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2011

---

9) o Ministério Público Federal, no exercício de suas atribuições vinculadas à proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, também expede ordens, a serem cumpridas sob as penas das leis.

Verdadeiro                       Falso

10) a Defensoria Pública da União é instituição vinculada ao Ministério da Justiça, não à Advocacia Geral da União.

Verdadeiro                       Falso

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

11) na contestação, o réu pode se limitar a defender-se somente em relação a alguns pontos da questão posta em Juízo, podendo deixar para as razões finais a defesa com relação a outros pontos.

Verdadeiro                       Falso

12) o autor pode apresentar documentos em qualquer fase do processo, desde que antes das razões finais.

Verdadeiro                       Falso

13) se o autor não indicar, na petição inicial, as provas que pretende produzir, ele não mais poderá solicitar a produção de prova em audiência.

Verdadeiro                       Falso

14) o juiz não pode indeferir a produção de uma prova requerida por advogado, sob pena de quebra das prerrogativas asseguradas a ele no Estatuto da OAB.

Verdadeiro                       Falso

15) no mandado de segurança, aplica-se um rito no qual a produção de prova em audiência não é admitida.

Verdadeiro                       Falso

16) nos Juizados Especiais Federais, não podem ser julgadas causas que necessitem provas periciais.

Verdadeiro                       Falso

17) nos Juizados Especiais Federais, a competência em razão do valor da causa é sempre absoluta.

Verdadeiro                       Falso

18) nos Juizados Especiais Federais, o juiz pode, de ofício, deferir medidas cautelares.

Verdadeiro                       Falso



## SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2011

---

19) através do procedimento da execução fiscal, são cobrados apenas créditos públicos de natureza tributária.

Verdadeiro                       Falso

20) no rito da lei da execução fiscal, na ordem de preferência dos bens penhoráveis, o dinheiro vem em primeiro lugar.

Verdadeiro                       Falso

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

- a. Princípios informativos do Direito Administrativo e poderes da Administração
- b. Administração direta e indireta.
- c. Ato Administrativo.
- d. Servidores Públicos.
- e. Controle da Administração e improbidade administrativa.
- f. Responsabilidade do Estado.

21. Apesar de a Constituição Federal prever expressamente princípios que regem a administração pública, o ordenamento jurídico só impõe sanções às condutas que, além de os violarem, causem também enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário.

Verdadeiro                       Falso

22. O ato administrativo complexo é aquele formado a partir das manifestações de vontade independentes de dois órgãos da administração, enquanto, no ato composto, embora também haja a manifestação de dois órgãos, a vontade de um deles é apenas instrumental em relação à do outro.

Verdadeiro                       Falso

23. Após regular processo de fiscalização, o IBAMA lavrou auto de infração contra empresa, aplicando-lhe a pena de multa, que, como ato administrativo oriundo do poder de polícia da administração pública, é dotado de coercitividade, autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.

Verdadeiro                       Falso

24. Órgãos da administração direta, sem personalidade jurídica própria, são exemplos de desconcentração administrativa.

Verdadeiro                       Falso

25. O direito de greve é garantido aos servidores públicos pela Constituição Federal, exceto para aqueles que ainda se encontrem no período de estágio probatório.

Verdadeiro                       Falso



## SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2011

---

26. Não viola os princípios da ampla defesa e do devido processo legal a falta de defesa técnica por advogado em processo administrativo disciplinar instaurado contra servidor público.

Verdadeiro                       Falso

27. A decadência do direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários ocorre em cinco anos, contados da data em que foram praticados, exceto se comprovada má-fé.

Verdadeiro                       Falso

28. A responsabilidade civil do Estado é de natureza objetiva, o que significa dizer que independente da prova de dolo ou culpa do agente público, mas não abrange danos causados exclusivamente por caso fortuito ou força maior.

Verdadeiro                       Falso

### **DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

29) Aplica-se o princípio da consunção na resolução do conflito aparente de normas existente entre o homicídio (CP, art. 121) e o infanticídio (CP, art. 123).

Verdadeiro                       Falso

30) Por força do princípio da extraterritorialidade sob o critério da representação, aplica-se a lei penal brasileira ao fato praticado a bordo de um navio de guerra de bandeira brasileira ancorado em um porto na Inglaterra.

Verdadeiro                       Falso

31) O pagamento do cheque dolosamente emitido sem suficiente provisão de fundos, efetuado pelo autor do estelionato à vítima antes do recebimento da denúncia, consiste em arrependimento posterior que enseja a aplicação da correspondente causa geral de redução da pena.

Verdadeiro                       Falso

32) O emprego de arma de brinquedo na prática de um crime de roubo não consiste em crime impossível.

Verdadeiro                       Falso

33) O consentimento do ofendido, como causa excludente de responsabilidade penal, elimina a ilicitude do crime de furto e a tipicidade no crime de estupro.

Verdadeiro                       Falso

34) A legítima defesa putativa por erro de tipo, por aplicação da teoria limitada da culpabilidade, exclui a tipicidade do fato, não a antijuridicidade.

Verdadeiro                       Falso



## SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2011

---

35) Consoante a doutrina majoritária brasileira, são elementos do crime no conceito analítico o fato típico, a antijuridicidade, a culpabilidade e a punibilidade.

Verdadeiro                       Falso

36) O furto praticado mediante fraude equipara-se ao estelionato e, por isso, aplicam-se ao primeiro as penas do segundo.

Verdadeiro                       Falso

37) O não exaurimento do processo administrativo fiscal impede uma válida instauração da ação penal pelos crimes de dano contra a ordem tributária (Lei n. 8.137/90, art. 1º).

Verdadeiro                       Falso

38) Compete à justiça federal processar e julgar conjuntamente os crimes conexos praticados contra o patrimônio da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Verdadeiro                       Falso

39) Compete à justiça federal processar e julgar os crimes e contravenções penais praticados em prejuízo a bens ou serviços da Universidade Federal da Paraíba.

Verdadeiro                       Falso

40) De acordo com a jurisprudência do STF, não é cabível liberdade provisória nos crimes hediondos.

Verdadeiro                       Falso

41) É nula a interceptação telefônica autorizada judicialmente em processo cível. Contudo, se realizada legitimamente em processo criminal, pode instruir feito em tramitação no juízo cível pelo mesmo fato (causa de pedir).

Verdadeiro                       Falso

42) Para fins de extinção da punibilidade, a morte do réu se prova por qualquer meio idôneo de prova.

Verdadeiro                       Falso

43) O juiz criminal pode, na própria sentença penal condenatória, fixar um valor mínimo para indenização à vítima pelo prejuízo decorrente do fato criminoso.

Verdadeiro                       Falso



## SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2011

---

### DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

- a. Regime Geral da Previdência Social no Brasil – Lei n.º 8.213/91 (Título III).  
b. Lei Orgânica da Assistência Social – Lei n.º 8.742/93 (Capítulo I e Capítulo IV).  
c. Súmulas 04, 05, 06, 09, 10, 11, 14, 22, 29, 31, 34 e 37 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

44. O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais é vinculado ao Regime Geral de Previdência Social na condição de contribuinte individual.

Verdadeiro                       Falso

45. O segurado especial é aquele que trabalha sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e por isso tem direito à chamada aposentadoria especial.

Verdadeiro                       Falso

46. Chama-se período de graça o tempo durante o qual se mantém a qualidade de segurado, muito embora não haja o recolhimento de contribuições para o Regime Geral de Previdência Social.

Verdadeiro                       Falso

47. A anotação de contrato na carteira de trabalho decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciário.

Verdadeiro                       Falso

48. O valor da renda mensal do salário-maternidade está limitado ao teto do salário-de-contribuição do Regime Geral de Previdência Social.

Verdadeiro                       Falso

49. O deficiente incapaz para o trabalho, muito embora consiga realizar sozinho atividades da vida diária – tais como caminhar, fazer a própria higiene e alimentar-se – habilita-se a receber o benefício assistencial previsto na Lei n.º 8.742/93, desde que não possa ser sustentado por sua família.

Verdadeiro                       Falso

50. Após dois anos de manutenção de auxílio-doença, a perícia médica concluiu que Joana está incapaz para o trabalho em caráter permanente e que é inviável sua reabilitação para outra atividade que lhe garanta a subsistência, de modo que lhe é devida aposentadoria por invalidez, benefício que não pode ser suspenso por nova perícia.

Verdadeiro                       Falso